



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento da Contratação:
Nome completo: KARINNA RENATA DE FREITAS
Matrícula Funcional: 19857
Registro Órgão de Classe – COREN 280.192
Unidade de Atuação: DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO
E-mail: karinna.freitas@sjp.pr.gov.br
Telefone: 3134-4659

Nome completo: EMANUELE BAURAKIADES
Matrícula Funcional: 20201
Registro Órgão de Classe – COREN 365.124
Unidade de Atuação: DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO
E-mail: Emanuele.baurakiades@sjp.pr.gov.br
Telefone: 3134-4659

II. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

Fundamento jurídico: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, nos termos do inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A presente demanda decorre da necessidade de ampliação da capacidade assistencial do Município de São José dos Pinhais para a realização de procedimentos diagnósticos invasivos, especialmente biópsias e exames anatomopatológicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, considerando o dever constitucional do ente municipal de garantir acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 196 e 198 da Constituição Federal e da Lei nº 8.080/1990.

Atualmente, verifica-se a existência de **fila geral de biópsias**, com demanda reprimida significativa, impactando diretamente o tempo de diagnóstico e início do tratamento, sobretudo em casos suspeitos de neoplasias, em desacordo com os princípios da integralidade e da resolutividade da assistência.

Do ponto de vista epidemiológico, observa-se que os cânceres de mama e próstata figuram entre os de maior incidência na população brasileira, refletindo diretamente na demanda local por procedimentos diagnósticos. Ademais, há aumento da procura por investigação de nódulos tireoidianos e lesões indeterminadas, bem como necessidade contínua de realização de biópsias hepáticas e renais, que, embora em menor volume, apresentam maior complexidade técnica e relevância diagnóstica.

A insuficiência de prestadores contratados e a limitação da rede atualmente disponível comprometem o acesso oportuno ao diagnóstico, dificultam o cumprimento dos fluxos assistenciais da linha de cuidado em oncologia e reduzem a efetividade das políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere ao



diagnóstico precoce.

A manutenção desse cenário pode resultar em agravamento do quadro clínico dos pacientes, aumento da judicialização da saúde e elevação dos custos assistenciais, em razão da progressão de doenças que poderiam ser diagnosticadas precocemente.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação da rede de prestadores, por meio de credenciamento, como medida apta a garantir maior capacidade de atendimento, redução da fila de espera e melhoria da qualidade assistencial ofertada à população.

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração

Fundamento jurídico: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando existente, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, nos termos do inciso II do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico e setorial da Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais, especialmente no que se refere à ampliação do acesso aos serviços de média e alta complexidade e à qualificação da rede assistencial do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal.

A demanda decorre de necessidade formalizada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, estando compatível com o planejamento administrativo da Pasta e com as diretrizes da Atenção Especializada, particularmente no fortalecimento da linha de cuidado em oncologia, que prevê diagnóstico oportuno como etapa essencial para a definição terapêutica.

A contratação também se encontra alinhada aos princípios da continuidade, eficiência e integralidade da assistência à saúde, uma vez que visa suprir lacuna assistencial atualmente existente, decorrente da insuficiência de prestadores habilitados para absorção da demanda reprimida de biópsias e exames correlatos. No que se refere ao Plano de Contratações Anual – PCA, quando existente, a presente contratação guarda compatibilidade com as ações previstas para a ampliação da oferta de serviços especializados e para a redução de filas de espera, constituindo medida estratégica para melhoria dos indicadores assistenciais do Município.

Adicionalmente, a contratação está em consonância com:

- o planejamento da rede municipal de atenção à saúde;
- a organização da regulação assistencial;
- as diretrizes nacionais do SUS para diagnóstico precoce de doenças oncológicas;
- a necessidade de fortalecimento da rede complementar de prestadores.

Dessa forma, evidencia-se que a contratação não constitui ação isolada, mas sim medida integrada ao planejamento institucional, voltada à ampliação da capacidade assistencial, à melhoria do acesso e à qualificação dos serviços ofertados à população.

3. Descrição dos requisitos da contratação

Fundamento jurídico: Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, nos termos do inciso III do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

Para o adequado atendimento da necessidade pública identificada, a solução a ser contratada deverá contemplar requisitos técnicos, operacionais, sanitários e



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

assistenciais mínimos, suficientes para garantir a execução dos serviços com qualidade, segurança e continuidade, sem impor exigências desnecessárias que restrinjam a competitividade do credenciamento.

O objeto caracteriza-se como **serviço de natureza contínua e essencial**, uma vez que atende demanda permanente da rede assistencial de saúde, sendo indispensável à manutenção da linha de cuidado em oncologia e ao funcionamento regular da atenção especializada, admitindo-se, portanto, prorrogação contratual nos termos da legislação vigente.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

I – Execução de procedimentos diagnósticos invasivos, incluindo biópsias guiadas por imagem e não guiadas, conforme protocolos clínicos aplicáveis;

II – Realização de exames anatomopatológicos, incluindo análise histopatológica de peças e fragmentos, bem como exames complementares, como imunohistoquímica e imunofluorescência para biópsias renais, quando indicados;

III – Disponibilidade de estrutura física adequada, regularizada junto aos órgãos competentes, com condições sanitárias compatíveis com a natureza dos procedimentos realizados;

IV – Inscrição ativa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compatível com os serviços prestados;

V – Licença sanitária vigente e demais autorizações exigidas pelos órgãos de vigilância sanitária;

VI – Indicação de responsável técnico devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho de classe;

VII – Disponibilidade de equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços, incluindo profissionais de saúde e equipe de apoio;

VIII – Capacidade operacional para absorção da demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios de regulação;

IX – Execução da logística integral das amostras biológicas, compreendendo coleta, acondicionamento, transporte, rastreabilidade e entrega ao laboratório responsável;

X – Garantia de rastreabilidade dos materiais coletados, desde a origem até a emissão do laudo, assegurando a integridade e a identificação das amostras;

XI – Emissão de laudos diagnósticos dentro dos prazos estabelecidos, com qualidade técnica e conformidade com as normas vigentes;

XII – Cumprimento das normas sanitárias, técnicas e éticas aplicáveis, incluindo regulamentações da ANVISA, Ministério da Saúde e conselhos profissionais.

Não se verifica necessidade de transição contratual entre prestadores, considerando tratar-se de credenciamento com contratação paralela e não excludente, sendo possível a inserção de novos prestadores sem prejuízo à continuidade do serviço.

Os requisitos acima definidos são considerados suficientes e indispensáveis para assegurar a adequada execução contratual, garantindo a qualidade assistencial e o atendimento ao interesse público, sem comprometer a ampla participação de interessados aptos ao credenciamento.

4. Estimativas das quantidades para a contratação

Fundamento jurídico: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, considerando interdependências com outras contratações, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do art. 40, inciso III, da mesma Lei e art. 85 do Decreto Municipal nº 5.807/2023.

Administração:

As estimativas das quantidades para a presente contratação foram elaboradas com base em critérios técnicos e assistenciais, considerando:



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

- os dados constantes no Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- o volume atual da fila de espera para biópsias no âmbito da regulação municipal;
- o perfil epidemiológico da população atendida;
- o histórico assistencial da rede municipal de saúde;
- a necessidade de ampliação da oferta para redução progressiva da demanda reprimida.

A análise da demanda demonstra maior concentração nos seguintes procedimentos:

- biópsias de mama, em razão da elevada incidência de neoplasias mamárias;
- biópsias de próstata, associadas ao rastreamento e investigação de neoplasias prostáticas;
- punções aspirativas por agulha fina (PAAF), especialmente para avaliação de nódulos tireoidianos e lesões indeterminadas.

Adicionalmente, identificam-se procedimentos de menor volume, porém maior complexidade técnica e relevância diagnóstica, tais como:

- biópsias renais com imunofluorescência;
- biópsias hepáticas percutâneas.

As quantidades foram estruturadas considerando o equilíbrio entre:

- atendimento da demanda reprimida existente;
- capacidade operacional dos prestadores;
- sustentabilidade financeira da contratação;
- manutenção do fluxo contínuo de novos casos.

A memória de cálculo encontra-se fundamentada nos quantitativos constantes do DFD, que consolidam a estimativa anual de produção necessária para atendimento da população, considerando a realidade assistencial do Município.

Ressalta-se que a presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 82, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, não se tratando de sistema de registro de preços sem definição de quantitativos, uma vez que há estimativa prévia de consumo baseada em dados concretos da demanda assistencial.

Ademais, os quantitativos foram definidos de forma integrada às demais contratações correlatas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas relacionadas à rede de atenção especializada e diagnóstico complementar, de modo a possibilitar economia de escala, otimização de recursos e maior eficiência na execução dos serviços.

Importante destacar que, em razão da natureza do credenciamento, os quantitativos estimados não constituem obrigação de consumo integral pela Administração, servindo como parâmetro para planejamento, execução contratual e controle orçamentário, podendo variar conforme a demanda regulada.

5. Normas correlacionadas ao problema e potenciais soluções

Fundamento jurídico: Identificação das normas aplicáveis ao objeto e à solução proposta, com vistas a assegurar a legalidade, regularidade sanitária e adequação técnica da contratação, nos termos do art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 5.807/2023.

Administração:

A contratação pretendida está diretamente relacionada à prestação de serviços de saúde de média e alta complexidade, devendo observar um conjunto de normas legais, sanitárias e técnicas que disciplinam a execução dos procedimentos de biópsias, exames laboratoriais e logística de material biológico.

Destacam-se as seguintes normas correlacionadas ao problema identificado e à solução proposta:

I – **Lei Federal nº 14.133/2021** – estabelece normas gerais de licitações e



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

contratos administrativos, disciplinando o procedimento auxiliar de credenciamento (art. 79), adotado como solução para ampliação da rede assistencial;

II – **Decreto Federal nº 11.878/2024** – regulamenta o credenciamento no âmbito da Administração Pública, conferindo segurança jurídica à contratação paralela e não excludente de prestadores;

III – **Decreto Municipal nº 5.807/2023** – regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de São José dos Pinhais, estabelecendo diretrizes para planejamento, contratação e execução contratual;

IV – **Lei Federal nº 8.080/1990** – dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organizando o Sistema Único de Saúde – SUS, no qual se insere a presente contratação, especialmente quanto à garantia de acesso universal e integral aos serviços de saúde;

V – **Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, especialmente aquelas relacionadas ao funcionamento de serviços de saúde, processamento de materiais biológicos, biossegurança, controle de infecção e transporte de material biológico;

VI – **Normas do Ministério da Saúde**, incluindo diretrizes da Política Nacional de Atenção Oncológica, que preconizam o diagnóstico precoce como etapa essencial da linha de cuidado;

VII – **Regulamentação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**, que exige o cadastro e a habilitação dos prestadores para execução de serviços de saúde no âmbito do SUS;

VIII – **Normas dos Conselhos Profissionais**, que disciplinam a atuação dos responsáveis técnicos e profissionais envolvidos na execução dos procedimentos;

IX – **Normas relativas ao transporte de material biológico**, incluindo exigências de acondicionamento, rastreabilidade e segurança, fundamentais para a integridade das amostras.

A observância dessas normas é essencial para garantir que a solução adotada – credenciamento de prestadores – seja executada de forma segura, regular e compatível com os padrões exigidos para serviços de saúde.

No contexto do problema identificado, especialmente relacionado à demora no diagnóstico e à necessidade de ampliação da capacidade assistencial, tais normas orientam diretamente a estruturação da solução, assegurando que os prestadores credenciados possuam condições técnicas, sanitárias e operacionais adequadas para execução dos serviços, incluindo a logística integrada das amostras biológicas.

Dessa forma, a correlação entre o problema apresentado e as normas aplicáveis reforça a necessidade de contratação estruturada, segura e alinhada aos padrões regulatórios vigentes, garantindo a qualidade do atendimento e a proteção dos usuários do SUS.

III. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

1. Levantamento de Mercado

Fundamento jurídico: Consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar, nos termos do inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 85, inciso V, do Decreto Municipal nº 5.807/2023.

Administração:

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as possíveis



soluções existentes para o atendimento da demanda relacionada à realização de biópsias e exames anatomopatológicos, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e assistenciais.

Para tanto, foram analisadas informações provenientes de:
contratações similares realizadas por outros entes públicos;
consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
editais de credenciamento de consórcios intermunicipais de saúde;
práticas adotadas por municípios de porte semelhante;
levantamento junto a prestadores privados do setor.

A partir da análise realizada, foram identificadas as seguintes alternativas:

Solução 1 – Execução direta pelo Município

Consiste na realização dos procedimentos por meio da estrutura própria da Administração.

Análise técnica:

inexistência de estrutura física adequada para absorção integral da demanda;
necessidade de aquisição de equipamentos de alto custo;
necessidade de contratação e manutenção de equipe especializada;
ausência de capacidade instalada para atendimento imediato da fila reprimida.

Análise econômica:

elevado investimento inicial;
aumento de custos fixos permanentes;
baixa eficiência no curto prazo.

Conclusão:

Solução considerada **inviável**, sob os aspectos técnico e econômico.

Solução 2 – Contratação por procedimento licitatório competitivo

Consiste na contratação de um ou mais prestadores por meio de licitação tradicional.

Análise técnica:

limitação do número de prestadores contratados;
redução da capacidade de atendimento simultâneo;
menor flexibilidade para absorção de variações na demanda;
risco de descontinuidade em caso de inexecução contratual.

Análise econômica:

possível ganho pontual em preço unitário;
risco de inviabilidade contratual por subprecificação;
menor eficiência sistêmica.

Conclusão:

Solução considerada **limitada**, especialmente diante da necessidade de ampliação da rede assistencial.

Solução 3 – Credenciamento de prestadores

Consiste na contratação paralela e não excludente de todos os interessados que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos.

Análise técnica:

ampliação imediata da rede assistencial;
possibilidade de atuação simultânea de múltiplos prestadores;
maior capilaridade e distribuição da oferta;
flexibilidade para absorção da demanda variável;
redução do tempo de espera para diagnóstico.

Análise econômica:

maior eficiência na utilização dos recursos públicos;
redução de custos indiretos relacionados à judicialização;
mitigação de riscos de descontinuidade;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

melhor relação custo-benefício no ciclo da política pública.

Análise de riscos:

diluição do risco entre múltiplos prestadores;

maior segurança na continuidade do serviço.

Conclusão:

Solução considerada **mais adequada**, sob os aspectos técnico, econômico e assistencial.

Análise comparativa das soluções

Critério	2. Execução direta	3. Licitação tradicional	4. Credenciamento
Capacidade de expansão	5. Baixa	6. Média	7. Alta
Tempo de implantação	8. Alto	9. Médio	10. Baixo
Flexibilidade operacional	11. Baixa	12. Média	13. Alta
Atendimento da fila reprimida	14. Baixo	15. Médio	16. Alto
Risco de descontinuidade	17. Médio	18. Alto	19. Baixo
Eficiência assistencial	20. Baixa	21. Média	22. Alta

Justificativa da escolha da solução

Diante da análise comparativa realizada, conclui-se que o **credenciamento de prestadores** constitui a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por apresentar:

maior capacidade de resposta à demanda reprimida;

ampliação da rede de prestadores;

redução do tempo de espera para diagnóstico;

maior eficiência na utilização dos recursos públicos;

melhor adequação à natureza variável e contínua da demanda assistencial.

A escolha da solução também está alinhada ao disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê o credenciamento como instrumento adequado para contratações em que a competição não se mostra excludente.

2. Estimativa preliminar do valor da contratação

Fundamento jurídico: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, nos termos do inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base em análise técnica e comparativa de mercado, considerando:

- contratações similares constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- editais públicos de credenciamento de serviços de saúde;
- valores praticados por consórcios intermunicipais;
- orçamento formal obtido junto a prestadores especializados;
- parâmetros assistenciais constantes no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

A metodologia adotada observa o disposto no art. 23 da Lei Federal nº



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

14.133/2021, buscando refletir valores compatíveis com o mercado, assegurando a exequibilidade da contratação e a atratividade para os prestadores.

A estimativa global da contratação foi fixada em:

R\$ 1.269.522,00 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais)

correspondente ao montante previsto no DFD para os serviços de biópsias e exames correlatos.

Composição da estimativa por lote

A estimativa considera a organização do objeto em três lotes técnicos:

Lote 1 – Biópsias guiadas (maior demanda epidemiológica)

Valor estimado: R\$ 780.000,00

Principais procedimentos:

- biópsia de mama por agulha grossa
- biópsia de próstata com sedação
- biópsia de próstata sem sedação
- punção aspirativa por agulha fina (PAAF)
- biópsias guiadas por ultrassonografia

Lote 2 – Biópsias especializadas

Valor estimado: R\$ 67.122,00

Procedimentos:

- biópsia hepática percutânea
- biópsia renal com imunofluorescência

Lote 3 – Exames laboratoriais e logística integrada

Valor estimado: R\$ 422.400,00

Serviços:

- exames anatomopatológicos simples e complexos
- imunohistoquímica
- logística integral das amostras biológicas

Considerações técnicas

Os valores unitários referenciais foram ajustados a partir da comparação entre os valores constantes no DFD e os valores efetivamente praticados no mercado, especialmente para os procedimentos de maior complexidade, como biópsia de próstata, mama e procedimentos guiados por imagem, de modo a garantir a viabilidade da contratação e evitar risco de desinteresse dos prestadores.

A estimativa contempla todos os custos diretos e indiretos da execução dos serviços, incluindo:

- honorários profissionais;
- insumos e materiais;
- utilização de equipamentos;
- exames laboratoriais;
- logística integral das amostras biológicas.

Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter **preliminar e orientativo**, destinada à análise de viabilidade econômica da solução escolhida, não se confundindo com a pesquisa de preços detalhada que subsidiará o Termo de Referência e o processo de contratação.

A memória de cálculo detalhada, bem como os documentos que deram suporte à formação dos valores, encontram-se anexos ao processo administrativo.



3. Escolha da solução

Após a realização do levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade identificada, procedeu-se à avaliação comparativa das soluções sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, considerando sua capacidade de atendimento à demanda assistencial do Município.

A execução direta pelo Município mostrou-se inadequada, diante da ausência de estrutura física e tecnológica suficiente, da necessidade de elevado investimento inicial e da impossibilidade de ampliação imediata da capacidade instalada, não sendo capaz de atender, em tempo oportuno, a demanda reprimida existente.

A contratação por procedimento licitatório competitivo tradicional apresentou limitações relevantes, especialmente quanto à restrição do número de prestadores contratados, menor flexibilidade operacional e risco de insuficiência na cobertura assistencial, considerando a variabilidade da demanda e a necessidade de ampliação da oferta de serviços.

Por sua vez, a solução por credenciamento de prestadores demonstrou maior aderência aos requisitos da contratação, uma vez que permite a contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores, ampliando a rede assistencial e proporcionando maior capacidade de resposta à demanda existente.

Do ponto de vista técnico, o credenciamento possibilita:

- ampliação imediata da capacidade assistencial;
- atendimento simultâneo por diversos prestadores;
- redução do tempo de espera para realização dos exames;
- maior capilaridade na prestação dos serviços;
- adequação à natureza contínua e variável da demanda.

Sob o aspecto econômico, a solução apresenta:

- melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- redução de custos indiretos associados à demora diagnóstica, como agravamento clínico e judicialização;
- mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços.

No que se refere aos riscos, verifica-se que, no modelo de credenciamento, há diluição entre os prestadores, reduzindo a dependência de fornecedor único e aumentando a segurança da execução contratual.

Adicionalmente, a solução encontra respaldo em contratações similares realizadas por outros entes públicos, bem como em práticas consolidadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cujos documentos e referências encontram-se juntados aos autos do processo administrativo, incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, editais de credenciamento e levantamentos junto ao mercado.

Diante do exposto, conclui-se que o **credenciamento de prestadores** constitui a solução mais adequada para o atendimento da necessidade em questão, por apresentar melhor desempenho no cumprimento dos requisitos da contratação, aliando eficiência assistencial, economicidade, capacidade de expansão da rede e flexibilidade operacional.

A solução escolhida mostra-se, portanto, a mais vantajosa para a Administração Pública, por atender de forma mais eficiente ao interesse público, garantindo ampliação do acesso, redução da fila de espera e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

IV. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA



1. Descrição da solução como um todo

Fundamento jurídico: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A solução escolhida consiste no **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de saúde**, para execução de procedimentos diagnósticos invasivos e exames complementares, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

A contratação compreende a prestação integrada dos seguintes serviços:

realização de biópsias guiadas e não guiadas;

execução de biópsias especializadas, incluindo renal e hepática;

realização de exames anatomopatológicos simples e complexos;

execução de exames complementares, como imunohistoquímica e imunofluorescência;

logística integral das amostras biológicas, incluindo coleta, acondicionamento, transporte, rastreabilidade e encaminhamento ao laboratório.

Trata-se de **serviço de natureza contínua e essencial**, indispensável ao funcionamento da rede de atenção especializada, especialmente no diagnóstico de doenças oncológicas, não envolvendo aquisição de bens permanentes pela Administração.

A execução dos serviços será estruturada em **lotes técnicos**, de modo a garantir organização operacional, eficiência assistencial e adequada distribuição da demanda, conforme segue:

Lote 1: biópsias guiadas e procedimentos de maior demanda epidemiológica;

Lote 2: biópsias especializadas, incluindo renal e hepática;

Lote 3: exames laboratoriais, laudos diagnósticos e logística integrada das amostras biológicas.

A solução contempla todas as etapas necessárias ao diagnóstico, desde a realização do procedimento até a emissão do laudo, sendo executada de forma integrada pelos prestadores credenciados, os quais serão responsáveis por toda a estrutura física, equipamentos, insumos, recursos humanos e tecnologia necessários.

A logística encontra-se **integralmente incluída nos valores dos lotes**, constituindo obrigação acessória e indissociável da execução do objeto.

A prestação dos serviços será realizada sob demanda da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Central Municipal de Regulação, com distribuição dos atendimentos conforme critérios de prioridade clínica, ordem cronológica e disponibilidade dos prestadores credenciados.

No que se refere à manutenção e assistência técnica, estas estão incorporadas à própria prestação do serviço, cabendo à contratada assegurar o adequado funcionamento de seus equipamentos, a qualificação de sua equipe e a qualidade técnica dos serviços prestados, em conformidade com as normas sanitárias e regulamentações vigentes.

Não há necessidade de contratações acessórias ou complementares, uma vez que todas as etapas necessárias à execução encontram-se contempladas na solução proposta.

A solução também contempla mecanismos de controle e fiscalização, incluindo acompanhamento por gestor e fiscal designados, verificação da conformidade dos laudos, controle da produção assistencial, auditoria dos serviços e monitoramento dos prazos de entrega.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como completa, integrada e adequada à necessidade da Administração, permitindo a ampliação da capacidade assistencial, a redução da fila de espera e a melhoria da qualidade do atendimento



prestado à população.

2. Justificativas para o parcelamento da contratação

Fundamento jurídico: Justificativa para o parcelamento ou não da solução, nos termos do inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

O objeto da presente contratação é composto por serviços tecnicamente divisíveis, podendo ser segmentado conforme a natureza, complexidade e especialização dos procedimentos, sem prejuízo da qualidade da execução ou da eficiência do resultado.

Nesse contexto, optou-se pelo parcelamento da contratação em lotes técnicos, com o objetivo de promover maior competitividade, ampliar a participação de prestadores especializados e garantir melhor adequação entre a capacidade técnica dos interessados e a complexidade dos serviços ofertados.

A divisão foi estruturada da seguinte forma:

- **Lote 1:** biópsias guiadas e procedimentos de maior demanda epidemiológica;
- **Lote 2:** biópsias especializadas, incluindo renal e hepática;
- **Lote 3:** exames laboratoriais, laudos diagnósticos e logística integrada das amostras biológicas.

O parcelamento adotado observa critérios técnicos e operacionais, considerando:

- a diferenciação entre procedimentos assistenciais e exames laboratoriais;
- a necessidade de especialização técnica para determinados procedimentos;
- a organização da execução contratual e da fiscalização;
- a ampliação da competitividade, permitindo a participação de prestadores com diferentes perfis de atuação;
- a melhoria da eficiência na prestação dos serviços.

Destaca-se que o parcelamento não compromete a economicidade da contratação, tampouco gera perda de escala, uma vez que os serviços mantêm interdependência operacional, especialmente no que se refere à logística das amostras e à emissão de laudos, já contempladas de forma integrada no lote correspondente.

Ademais, a divisão em lotes possibilita maior flexibilidade na gestão contratual, permitindo a distribuição adequada da demanda entre os prestadores credenciados, conforme capacidade operacional e critérios regulatórios.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e alinhado ao interesse público, contribuindo para a ampliação da rede assistencial e para a melhoria do acesso aos serviços de saúde.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Fundamento jurídico: Contratações correlatas e/ou interdependentes, nos termos do inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A presente contratação possui relação direta com outras contratações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas vinculadas à rede de atenção especializada, diagnóstico complementar e linha de cuidado em oncologia.

Caracterizam-se como contratações correlatas aquelas cujo objeto guarda afinidade com os serviços ora propostos, destacando-se:



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

contratos de exames laboratoriais complementares;
contratos de serviços de diagnóstico por imagem (ultrassonografia, tomografia e outros métodos de apoio diagnóstico);
contratos de atendimentos especializados ambulatoriais;
serviços vinculados à rede de atenção à saúde da pessoa com suspeita ou diagnóstico de câncer.

Tais contratações possuem relação direta com o objeto, uma vez que os procedimentos de biópsia dependem, em grande parte, de exames prévios de imagem e resultam em exames laboratoriais complementares, compondo um fluxo assistencial integrado.

No que se refere às **contratações interdependentes**, destacam-se:

a Central Municipal de Regulação, responsável pelo encaminhamento e priorização dos pacientes;
os serviços de atenção primária e especializada, que realizam a identificação da necessidade e encaminhamento dos usuários;
os serviços de tratamento oncológico, que dependem diretamente do diagnóstico realizado por meio das biópsias;
os contratos laboratoriais e assistenciais que integram a linha de cuidado em saúde.

A execução da presente contratação impacta diretamente essas estruturas, uma vez que a ampliação da oferta de biópsias e exames correlatos tende a aumentar a demanda por etapas subsequentes do cuidado, especialmente no diagnóstico e tratamento de doenças oncológicas.

Por outro lado, a ausência ou insuficiência dessas contratações correlatas pode comprometer a efetividade da solução proposta, razão pela qual se faz necessária a integração entre os serviços e o alinhamento dos fluxos assistenciais.

Destaca-se que não há conflito ou sobreposição de objeto com contratações vigentes, mas sim complementaridade, sendo a presente contratação essencial para o adequado funcionamento da rede de atenção à saúde.

Dessa forma, conclui-se que a contratação encontra-se devidamente integrada ao conjunto de serviços existentes, contribuindo para a organização do sistema, melhoria do acesso e continuidade do cuidado ao usuário.

4. Resultados pretendidos

Fundamento jurídico: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, nos termos do inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

A presente contratação tem como objetivo principal a ampliação da capacidade assistencial do Município para realização de biópsias e exames correlatos, visando garantir acesso oportuno ao diagnóstico e melhoria da qualidade da atenção à saúde.

Como resultados pretendidos, destacam-se:

- I – Redução da fila de espera para realização de biópsias, especialmente nos casos com suspeita de neoplasias, promovendo maior celeridade no diagnóstico;
- II – Diminuição do tempo entre a suspeita clínica e a confirmação diagnóstica, contribuindo para o início precoce do tratamento e melhoria do prognóstico dos pacientes;
- III – Ampliação da rede de prestadores de serviços, garantindo maior cobertura assistencial e melhor distribuição da demanda;
- IV – Melhoria da resolutividade da atenção especializada, com fortalecimento da linha de cuidado em oncologia;
- V – Redução da judicialização da saúde, decorrente da demora no acesso a exames diagnósticos;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

VI – Melhor aproveitamento dos recursos públicos, por meio da utilização de rede complementar, evitando investimentos elevados em estrutura própria;

VII – Aumento da eficiência na utilização dos recursos humanos e materiais, mediante descentralização da execução dos serviços;

VIII – Garantia da continuidade da prestação dos serviços, por meio da contratação de múltiplos prestadores, reduzindo o risco de desassistência;

IX – Padronização e controle da qualidade dos serviços prestados, mediante fiscalização, auditoria e monitoramento dos laudos emitidos.

Para fins de acompanhamento e avaliação da execução contratual, poderão ser adotados indicadores de desempenho, tais como:

- tempo médio para realização do procedimento após encaminhamento;
- prazo médio para emissão de laudos;
- volume de procedimentos realizados por período;
- taxa de conformidade dos laudos;
- índice de atendimento da demanda regulada;
- número de demandas reprimidas ao longo do tempo.

Os resultados esperados contribuem diretamente para a melhoria dos indicadores assistenciais do Município, especialmente no diagnóstico precoce de doenças oncológicas, promovendo maior eficiência, economicidade e efetividade das políticas públicas de saúde.

5. Providências a serem adotadas

Fundamento jurídico: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente organizacional, nos termos do inciso X do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

Para garantir a adequada execução da contratação e mitigar riscos operacionais, deverão ser adotadas previamente pela Administração as seguintes providências:

I – Organização dos fluxos assistenciais e de regulação, com definição clara dos critérios de encaminhamento, priorização clínica e distribuição da demanda entre os prestadores credenciados;

II – Adequação e alinhamento da Central Municipal de Regulação, assegurando capacidade operacional para gerenciamento da fila de biópsias e encaminhamento adequado dos pacientes;

III – Elaboração e padronização dos instrumentos de controle e monitoramento, incluindo relatórios de produção, formulários de solicitação, protocolos de encaminhamento e mecanismos de auditoria;

IV – Designação formal de gestor e fiscais do contrato, nos termos da legislação vigente, com definição de atribuições e responsabilidades;

V – Capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto ao acompanhamento da execução, análise de laudos, controle de prazos e validação da produção assistencial;

VI – Adequação dos sistemas de informação, quando necessário, para registro, acompanhamento e controle dos procedimentos realizados e dos laudos emitidos;

VII – Definição dos fluxos de comunicação entre a Administração e os prestadores, garantindo agilidade no encaminhamento de demandas e resolução de intercorrências;

VIII – Alinhamento com os prestadores credenciados quanto às exigências operacionais, incluindo logística das amostras, prazos de entrega de laudos e padrões de qualidade;

IX – Integração com as demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente atenção primária, atenção especializada e serviços laboratoriais, garantindo continuidade do cuidado;



X – Implementação de mecanismos de auditoria e controle de qualidade, com vistas à verificação da conformidade dos serviços prestados e dos resultados apresentados.

As providências acima visam assegurar que a contratação produza os resultados esperados, reduzindo riscos de descontinuidade, falhas operacionais e inconsistências na execução dos serviços.

Ressalta-se que não há necessidade de intervenções estruturais relevantes ou adequações físicas pela Administração, uma vez que a execução dos serviços ocorrerá nas dependências dos prestadores credenciados.

6. Possíveis impactos ambientais

Fundamento jurídico: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, nos termos do inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

Sob a ótica da sustentabilidade ambiental, a execução dos serviços objeto da presente contratação poderá gerar impactos relacionados, principalmente, à produção de resíduos de serviços de saúde e ao consumo de insumos laboratoriais, decorrentes da realização de procedimentos de biópsia e do processamento de amostras biológicas.

Os principais impactos ambientais potenciais identificados são:

- geração de resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes;
- descarte de materiais contaminados;
- utilização de insumos laboratoriais e reagentes;
- transporte de material biológico;
- consumo de energia e outros recursos nos processos laboratoriais.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas pelas contratadas:

I – cumprimento integral das normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

II – adoção de procedimentos adequados de segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos, conforme regulamentação vigente;

III – utilização de recipientes apropriados e certificados para descarte de materiais perfurocortantes e biológicos;

IV – execução da logística das amostras biológicas com segurança, rastreabilidade e integridade, evitando perdas e retrabalho;

V – adoção de práticas que promovam o uso racional de insumos, materiais e recursos energéticos, contribuindo para redução de desperdícios;

VI – observância das diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública, conforme orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU e demais normativas correlatas;

VII – adoção, sempre que possível, de práticas ambientalmente responsáveis, incluindo redução de resíduos, reaproveitamento de materiais não contaminados e uso eficiente de recursos.

A presente contratação deverá, sempre que aplicável, observar as diretrizes do Plano de Logística Sustentável – PLS da Administração, contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental institucional.

Considerando a natureza do objeto, não há fornecimento de bens permanentes pela Administração, tampouco geração direta de resíduos sob sua responsabilidade, sendo o gerenciamento ambiental inerente às atividades das contratadas.

Não se aplica, neste caso, a exigência de logística reversa pela Administração,



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

devendo os prestadores observar integralmente a legislação vigente quanto à destinação adequada dos resíduos gerados.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais são controláveis, mitigáveis e compatíveis com a contratação pretendida, desde que observadas as normas e práticas de sustentabilidade aplicáveis.

V. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

1. **Fundamento jurídico:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, nos termos do inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Administração:

Com base nas análises técnicas, operacionais e econômicas realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação da solução proposta, consistente no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços de biópsias, exames anatomopatológicos e logística integrada das amostras biológicas.

A solução escolhida mostra-se adequada ao atendimento da necessidade identificada, considerando:

- a existência de demanda reprimida para realização de biópsias no âmbito da rede municipal de saúde;
- a necessidade de ampliação da capacidade assistencial para garantia do acesso oportuno ao diagnóstico;
- a natureza contínua e essencial dos serviços;
- a adequação do modelo de credenciamento, que permite a contratação paralela e não excludente de múltiplos prestadores;
- a compatibilidade da solução com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Sob o aspecto técnico, a solução atende integralmente aos requisitos da contratação, permitindo a execução dos serviços com qualidade, segurança e observância das normas sanitárias e regulatórias aplicáveis.

Do ponto de vista operacional, a solução apresenta elevada capacidade de implementação, não demandando investimentos estruturais por parte da Administração e possibilitando rápida ampliação da oferta de serviços, com impacto direto na redução da fila de espera.

Sob o aspecto econômico, a contratação mostra-se viável, considerando a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado e a possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos públicos, especialmente ao evitar custos indiretos decorrentes da demora diagnóstica, como agravamento de quadros clínicos e judicialização.

Adicionalmente, a solução apresenta adequada gestão de riscos, com distribuição da execução entre múltiplos prestadores, reduzindo a dependência de fornecedor único e garantindo maior segurança na continuidade dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente justificável, sendo a solução que melhor atende ao interesse público, contribuindo para a ampliação do acesso, melhoria da qualidade assistencial e fortalecimento da rede municipal de saúde.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

ASSINATURAS

Equipe de Planejamento da Contratação e Autoridade Competente nos termos do art. 83 do Decreto Municipal n.º 5.807, de 29 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente



EMANUELE BAURAKIADES

Data: 23/04/2026 11:01:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Emanuele Baurakiades
Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente



KARINNA RENATA DE FREITAS

Data: 23/04/2026 09:15:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Karinna Renata de Freitas
Equipe de Planejamento

IRANI APARECIDA DOS
SANTOS:60338946934

Assinado de forma digital por IRANI
APARECIDA DOS
SANTOS:60338946934
Dados: 2026.04.23 15:58:29 -03'00'

Irani Aparecida dos Santos
Secretário Municipal